

Literacias e Juventudes: competências socioculturais para o século XXI¹

Literacies and youth: sociocultural skills for the 21st century

Rômulo Tondo

*Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). Mestre em Comunicação (UFSM/2016); Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (UFSM/2012) e Especialista em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar (Unipampa/2014). Integrante do grupo de pesquisa Comunicação e Práticas Culturais (UFRGS/CNPq).
Email: romulotondo@gmail.com*

Resumo

A vida contemporânea na sociedade em rede provoca adaptações na maneira com que os sujeitos interagem, consomem, criam e compartilham informações. Este texto é uma reflexão em curso sobre o conceito de literacia e seus desdobramentos (informacional, midiático e digital), utilizando-se da pesquisa bibliográfica como principal método. Em um segundo momento, é realizada uma problematização da juventude enquanto categoria social, para que, em seguida, possamos apresentar os riscos sofridos pelos jovens a partir da sociabilidade digital. Para isso, são trazidos exemplos de aplicação da literacia digital a partir de dois casos: o aplicativo do Governo Brasileiro e da Unicef, no combate às violências, e do site da SaferNet. A partir deste diálogo, acredita-se que as literacias sejam formas de compreender e incorporar diferentes competências para leituras do mundo contemporâneo.

Palavras-Chave

Comunicação; Consumo; Juventudes; Literacias; Riscos Digitais.

Abstract

Contemporary life in the network society provokes adaptations in the way subjects interact, consume, create and share information. This text is an ongoing reflection on the concept of literacy and its consequences (informational, media and digital), using bibliographic research as the main method. In a second moment, a problematization of youth as a social category is carried out, so that we can then present the risks suffered by young people from digital sociability. For this purpose, examples of the application of digital literacy are brought up from two cases: the application of the Brazilian Government and Unicef, in combating violence, and the SaferNet website. Based on this dialogue, it is believed that literacies are ways of understanding and incorporating different skills for reading in the contemporary world.

Keywords

Communication; Consumption; Youths; Literacies; Digital Risks.

Introdução

As transformações ocorridas sobretudo nas três últimas décadas fizeram com que os sujeitos adaptassem suas dinâmicas sociais em virtude de uma série de elementos relacionados aos campos tecnológico e informacional, especialmente com a introdução das

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

tecnologias digitais que adentraram suas rotinas. Nesse cenário, Castells (1999) descreveu como a sociedade em rede intensificou os processos sociais, econômicos e culturais dos sujeitos. Nos primeiros anos do século XXI, iniciou-se o processo de intensificação do consumo da internet, permitindo que os sujeitos das mais distintas classes sociais desenvolvessem competências para os usos e as apropriações das tecnologias digitais que emergiram com as diferentes fases da internet. Tais competências permitiram que os sujeitos-usuários construíssem relações com os objetos tecnológicos, bem como novas formas de estarem no ciberespaço, o que ampliou suas referências de contato com o outro. Nas palavras de Pierre Lévy (2003, p. 27), a partir das “[...] nossas interações com as coisas, desenvolvemos competências”. Dessa forma, acreditamos que, ao longo das diferentes fases da vida, o sujeito desenvolve diferentes competências de leituras de mundo – as literacias – para acionar em momentos oportunos, seja lendo a bula de um fármaco, escutando a previsão do tempo no rádio a caminho do trabalho, assistindo ao telejornal no horário do almoço ou até mesmo navegando em sites ou redes sociais digitais em momentos de infoentretenimento conectados a partir de um *smartphone*. Esta última é a competência relacionada à literacia digital, uma construção acumulativa das competências adquiridas com as diferentes formas de leitura e compreensão de textos, memorando a ideia de “árvore de competências” (LÉVY, 2003, p. 27).

Nesse contexto, este artigo justifica-se e complementa um dos principais cenários apresentados na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), referente ao comportamento do brasileiro diante do consumo de tecnologias da informação e comunicação. De acordo com a evolução dessas pesquisas, a maneira com que os brasileiros consomem as tecnologias digitais tem mudado gradativamente. Essas interações com o ambiente digital se transformaram devido ao crescimento indicativo da população em relação ao acesso à internet, bem como ao aumento de sua sociabilidade no ambiente virtual, passando a aderir ao perfil global de consumo em rede (BRASIL, 2018). Acreditamos que, apesar do crescimento do número de acessos à internet, a forma de uso e de apropriação – assim como o processo de domesticação (SILVERSTONE, 2010) – das tecnologias varia conforme as necessidades de cada sujeito, formando, então, o que chamamos de perfis em gradiente. Esses perfis são contextuais e são frutos da maneira com que ocorre o consumo e a significação dos processos por parte desses sujeitos em relação às diferentes tecnologias, envolvendo, dessa forma, o processo de leitura.

Sendo assim, este texto tem como objetivo desenvolver uma reflexão sobre as literacias a partir de uma pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2005). Optamos, neste momento, pela compreensão do conceito, de seus desdobramentos e das competências necessárias para que os sujeitos sejam responsáveis por suas dinâmicas de leitura e apropriação. Nesse sentido, também apresentamos um conceito quanto à literacia informacional, à literacia midiática e à literacia digital. Evidenciamos que a literacia digital tornou-se imprescindível para a construção e a manutenção das relações em rede, especialmente no que diz respeito às competências que os sujeitos usuários devem possuir para consumirem a partir desse meio. Na sequência, problematizaremos a juventude enquanto categoria socialmente construída, levando em consideração pensadores como Bourdieu (1983). Tendo em vista essa complexificação da categoria juventude, apresentamos os riscos exponenciais da sociabilidade juvenil diante das diferentes ferramentas e tecnologias da informação e comunicação, especialmente nos sites de redes sociais e aplicativos de comunicação, os quais potencializam a sociabilidade juvenil em dinâmicas de “conversações fluidas” (PRIMO et al, 2017), evidenciando alguns aspectos da sociabilidade digital e das práticas socioculturais contemporâneas correlacionadas ao consumo da internet.

Competências para a vida cotidiana contemporânea

A vida em sociedade sempre solicitou que os sujeitos adquirissem formas de conviver na sociedade. Jürgen Habermas, em sua obra “Mudança estrutural da esfera pública” (2003), realiza um panorama histórico para compreender como foi desenvolvida a prática social, levando em consideração as esferas públicas, privadas e íntimas desde a Grécia Antiga até a contemporaneidade. Habermas (2003) sinaliza que a esfera pública se refere ao espaço comum dos cidadãos livres, que permite a discussão e a tomada das decisões sociais e culturais de seu tempo. Já o espaço privado foi construído a partir da lógica do âmbito doméstico e do familiar. Na sociedade contemporânea, com os usos e as apropriações das mídias, em especial da conexão dos sujeitos nos sites e nas plataformas digitais, as fronteiras entre o público e privado se dissiparam.

À lógica do público e do privado de Habermas (2003), atrelamos a perspectiva de Roger Silverstone sobre o processo de domesticação enquanto conceito. De acordo com Silverstone (2010), a tecnologia sempre esteve presente na evolução da humanidade. Para esse autor, a tecnologia está presente no cotidiano das civilizações “[...] há mais tempo do que nos Estudos dos Media” (SILVERSTONE, 2010, p. 2). Ele aponta que, em diferentes momentos da civilização humana, a tecnologia emergiu e fez com houvesse distintos *modus operandi*. Nessa perspectiva, Silverstone (2010) indica, ainda, que fica mais evidente tratar desse assunto com os avanços proporcionados pelas tecnologias de informação e comunicação tão evidentes na “mais complexa e fluida sociedade global da modernidade tardia” (SILVERSTONE, 2010, p. 2). Além disso, afirma que a domesticação é uma ação prática que envolve as pessoas e, ao mesmo tempo,

[...] requer esforço e cultura e por onde passa não deixa nada como está. Talvez exista um erro subjacente nesta formulação: a impressão de que, de certa maneira, apenas a tecnologia foi transformada na sua apropriação pelo espaço doméstico, e de que um tal processo não foi complicado, mas sim linear e sem as suas próprias contradições. (SILVERSTONE, 2010, p. 4).

Sendo assim, podemos pontuar que as primeiras conquistas que o sujeito possui em relação ao processo de literacia são realizadas a partir da mediação familiar, ou seja, na esfera privada. Tais práticas variam de acordo com uma série de fatores sociais, culturais, políticos e econômicos. Nesse deslocamento temporal de gerações e práticas, Silverstone (2010) acredita que a tecnologia colaborou para a ruptura do universo familiar, como percebido em décadas anteriores. O surgimento de mídias individuais e portáteis permitiu que os universos domésticos se tornassem mais complexos e individuais. A cultura televisiva, antes assistida por grande parcela da população brasileira em um ambiente coletivo, na maioria das vezes na sala de estar, na atualidade pode ser individual e acionada a partir de um *smartphone* conectado à internet em qualquer lugar do país ou do mundo. Da mesma forma, o consumo em rede permite, em um primeiro momento, distanciamento daqueles que estão próximos e uma aproximação com aqueles que estão longe. Tais elementos podem constituir um processo ainda maior, do qual se faz necessário compreender as práticas a partir das leituras que os sujeitos realizam – não somente da mídia tradicional, mas também das informações e da internet. Sendo assim, é necessário compreender o conceito de literacia para, posteriormente, refletir os riscos enfrentados por jovens a partir de suas sociabilidades digitais.

Contornos metodológicos

Este artigo tem como principal objetivo refletir sobre as competências a partir do conceito de literacia. Para tanto, utilizaremos como proposta metodológica a pesquisa bibliográfica. De acordo com Antonio Carlos Gil (2002), uma pesquisa com essa finalidade visa a uma aproximação do investigador com campo a ser investigado. Conforme apresentado por esse autor (2002), a pesquisa bibliográfica se define por ser uma busca científica referenciada a partir de obras, artigos científicos e livros que apresentem a construção inicial de uma investigação a partir do tema já investigado. Centralizando a ideia de pesquisa bibliográfica para as ciências da comunicação e informação, levamos em consideração a compreensão de Ida Stumpf (2005), de acordo com a qual a pesquisa bibliográfica pode ser observada a partir de dois sentidos, o amplo e o restrito. O primeiro diz respeito ao "planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto [...]" (STUMPF, 2005, p. 51). Já o sentido estrito corresponde ao "conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação [...] para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico" (STUMPF, 2005, p. 51). Nesta perspectiva, a autora informa que este tipo de pesquisa geralmente é a primeira a ser executada em pesquisas empíricas e pode receber outros nomes, como "referencial teórico, revisão de literatura ou similar" (STUMPF, 2005, p. 51).

Nossa ressalva sobre a pesquisa bibliográfica, neste momento, diz respeito à apropriação do termo e do conceito de literacia em pesquisas brasileiras e internacionais, sobretudo em investigações que buscam refletir sobre as competências e as necessidades de adaptações das habilidades essenciais para uma dinâmica sociocultural que teve início com o consumo midiático e está em processo de expansão com o consumo, a produção e a circulação de informações na internet.

Sabendo das diferentes competências adquiridas pelos sujeitos ao longo do seu desenvolvimento biopsicossocial, realizaremos uma distinção entre as literacias que, juntas, são potencializadoras das construções na sociedade em rede: a literacia informacional, a literacia midiática e a literacia digital. Ao compreendermos as diferenças entre cada uma delas e suas intersecções, poderemos tensionar as elaborações sociais realizadas pelas juventudes no contexto das redes sociais digitais e quais os principais riscos enfrentados por esses.

(In)formação: as literacias na sociedade em rede

O termo literacia foi amplamente difundido no Brasil como alfabetização e letramento. No entanto, a partir da construção e da relativização dos estudos desenvolvidos a partir da compreensão das competências que os sujeitos aprendem ao longo de suas trajetórias de vida, o termo vem recebendo novos contornos conceituais. Assim, há uma oxigenação e um aprofundamento da ideia sobre literacia desenvolvido por David Olson (1984). Para este autor, a literacia compreende a incorporação da leitura e da escrita no desenvolvimento pleno do sujeito na sociedade. Em uma proposta inclusiva e, ao mesmo tempo, para realizar um delineamento do campo, a Unesco propõe que a literacia seja

[...] habilidade para identificar, entender, interpretar, criar, comunicar e utilizar computadores, como também o uso de materiais impressos e escritos, associados a contextos em mutação. A Literacia envolve uma atitude contínua de aprendizagem ao permitir que os indivíduos alcancem seus objetivos, desenvolvam conhecimento e potencial para participar ativamente na comunidade e na sociedade como um todo. (UNESCO, 2004, p. 9, tradução nossa)

Lígia Capobianco (2010) nos faz idear os contornos de literacia e outros termos no contexto brasileiro. A investigadora reflete que “o conceito de letramento bem como o de literacia sempre esteve ligado ao conceito de alfabetização. Os pesquisadores consideram os conceitos de letramento, alfabetização e literacia como diferentes entre si, porém relacionados” (CAPOBIANCO, 2010, p.84). A autora ainda evidencia que o desenvolvimento das competências relacionadas às literacias “[...] podem ser ensinadas e desenvolvidas pela pessoa de acordo com as disposições internas pessoais ou exigências externas suficientes motivadoras” (CAPOBIANCO, 2010, p.126).

Nessa perspectiva, com o desenvolvimento sociocultural das sociedades, as competências construídas pelos atores sociais estão relacionadas aos diferentes campos², *habitus*³ e capitais⁴, conforme tensionam as ideias propostas por Bourdieu (2011). Sendo assim, é importante compreendermos as dinâmicas e os contextos sociais a partir da literacia para tensionarmos com os campos ocupados pelas juventudes a partir da incorporação das tecnologias digitais em seu cotidiano. Acreditamos, assim, que as literacias aqui apresentadas são convergentes entre si e acumulativas; em outras palavras, as competências adquiridas a partir das diferentes literacias são acionadas em diferentes momentos para que os sujeitos desenvolvam suas relações consigo, com o outro e com a sociedade como um todo.

Literacia informacional

De acordo com Alice Lee e Clement So (2014), o século XXI trouxe com ele uma mudança acelerada das sociedades, sendo que muitas delas estão no processo de transformação de uma sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento (LEE; SO, 2014, p. 138). Nessa perspectiva, em uma sociedade da informação, os sujeitos devem saber lidar com as práticas que estão relacionadas à competência informacional e, ao mesmo tempo, compreendê-las. Neste estudo, os autores referenciam que a literacia informacional e a literacia midiática são concebidas como aliadas, mas com campos de formação e produção distintos. Enquanto a “alfabetização informacional tem uma relação mais próxima com a biblioteconomia, a alfabetização midiática está mais conectada ao conteúdo mídia, a indústria de mídia e os efeitos sociais que causam” (LEE; SO, 2014, p. 137). Nessa perspectiva, a UNESCO apresenta as competências necessárias para que os sujeitos tenham competências relativas à literacia informacional, sendo expressa da seguinte forma:

- 1) reconhecer suas necessidades de informação; 2) localizar e avaliar a qualidade da informação; 3) armazenar e recuperar informações; 4) fazer uso efetivo e ético da informação; 5) Aplicar as informações para a criação e transmissão de conhecimento. (LEE; SO, 2014, p. 138).

Dessa forma, acredita-se que com o domínio dessas práticas relacionadas à literacia

² O **campo**, para Bourdieu, pode ser compreendido como um microcosmo dentro de um macrocosmo constituído pelos espaços social e global, sendo que cada campo possui regras distintas e construções específicas. Em outras palavras, os campos (científico, político, cultural, econômico, entre outros) operam como espaços de lutas que os agentes competem entre si para manterem seu campo em evidência. Sendo assim, cada campo possui um *habitus* decorrente de suas incorporações e prática.

³ O *habitus* é um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p. 191).

⁴ Para Bourdieu a noção de capital está para além do acúmulo de bens e riquezas materiais. Para tanto, existem diferentes capitais tais, como o “capital cultural”, referente ao acúmulo de saberes e conhecimentos relacionados aos títulos acadêmicos; o “capital social”, referente às relações sociais (*networking*); o “capital econômico”, referente ao cumulo de bens, salário e outros proventos financeiros.

informacional os sujeitos tenham capacidades técnicas para compreender, assimilar, desenvolver informações para a construção de seu conhecimento e tensioná-las com a sua prática cotidiana. Outro elemento a ser pensado nesse contexto da literacia informacional é apresentada por Borges e Sousa (2019), na qual as competências em informação sofrem reconfigurações a partir do contexto digital e das necessidades de outras competências que vão além da proposta inicialmente, especialmente em um contexto de construção de conhecimento de forma colaborativa. Como demonstram os autores, “observe-se que já no aspecto da edição colaborativa (mas não só), coloca-se a questão da interação com o outro, e, portanto, da comunicação”. (BORGES; SOUSA, 2019. p.54).

Literacia midiática

A literacia midiática, de acordo com Bulger e Davison (2018, p. 7), pode ser compreendida como um “conjunto de habilidades que promove o engajamento crítico com mensagens produzidas pela mídia”. Indo além, os autores apresentam o conceito de literacia midiática proposta pela associação norte-americana, a *National Association for Media Literacy Education* (NAMLE)⁵, definindo-a como “a capacidade para acessar, analisar, avaliar, criar e agir usando todas as formas de comunicação” (BULGER e DAVISON, 2018, p.7).

Nesse contexto, podemos compreender que os processos ligados à literacia midiática têm como principais anseios instrumentalizar os sujeitos para que saibam compreender e analisar as produções realizadas pelas diferentes mídias. Sendo assim, é possível uma aproximação com um dos pilares desenvolvidos pela Educomunicação⁶, processo no qual o sujeito compreende as lógicas de produção midiática e é capaz de produzir suas práticas e relações com o local ao qual pertence.

Literacia digital

Desenvolver um conceito de literacia digital em uma sociedade em rede não é uma tarefa fácil. Nesse quesito, podemos pensar inicialmente o conceito de literacia digital proposto por Paul Gilster (1997). Na perspectiva adotada por Gilster, a literacia pode ser compreendida como uma “extensão lógica da própria literacia, da mesma forma que o hipertexto é uma extensão da experiência da leitura tradicional” (GILSTER, 1997, p. 230).

Nos primórdios dos usos da internet, Gilster não chega a listar competências em sua obra, apenas desenvolveu um conceito amplo que pudesse abarcar algumas noções importantes dessa nova forma de consumir, produzir e compartilhar conhecimento, considerada “como uma capacidade de entender e usar informações de uma variedade de fontes e considerou-a simplesmente como alfabetização na era digital” (BAWDEN, 2008, p. 18). Diante das transformações na própria internet, desde a concepção de Gilster (1997) sobre literacia digital até os momentos atuais de Web 3.0⁷, na qual o sujeito consome, cria e

⁵ Outras informações sobre a associação podem ser adquiridas no site: < <https://namle.net/> >

⁶ “A Educomunicação é entendida pela Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) como um paradigma orientador de práticas sócio-educativo-comunicacionais que têm como meta a criação e fortalecimento de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos nos espaços educativos, mediante a gestão compartilhada e solidária dos recursos da comunicação, suas linguagens e tecnologias, levando ao fortalecimento do protagonismo dos sujeitos sociais e ao consequente exercício prático do direito universal à expressão”(SOARES, online, não paginado).

⁷ Apesar da existência de um conceito de Web 4.0, ainda não há uma incorporação cotidiana do próprio uso e apropriação. A próxima geração da internet está relacionada à “Internet das Coisas” e, com isso, há uma

compartilha conteúdo digital, é necessário pensar as práticas desses sujeitos e pensar as competências que ele aciona em diferentes etapas para incorporar o processo em seu cotidiano.

Indo além, David Bawden (2018) considera que a utilização equivocada da terminologia leva a ruídos interpretativos. Nessa perspectiva, o autor pondera que “há uma inconsistência particular entre aqueles que consideram a alfabetização digital como primariamente voltada para habilidades técnicas e para aqueles que o veja como focado em aspectos cognitivos e socioemocionais de trabalhar em um ambiente digital” (BAWDEN, 2018, p.24, *tradução nossa*).

Para Bawden (2018), a literacia digital leva em consideração as demais literacias e seus conjuntos de habilidades, embora o sujeito não precise abranger todos eles. Ademais, o investigador acredita que:

Tampouco é sensato sugerir que um modelo específico de alfabetização digital seja apropriado para todas as pessoas ou, na verdade, para uma pessoa durante toda a sua vida. A atualização do entendimento e da competência será necessária, à medida que as circunstâncias individuais mudam, e as mudanças no ambiente de informação digital trazem a necessidade de novos entendimentos e novas competências; (BAWDEN, 2018, p. 28, *tradução nossa*).

Por este ângulo, compreendemos que as competências desenvolvidas a partir da literacia digital devem ser constantemente acionadas e apreendidas pelos sujeitos na sociedade em rede. Essa lógica soma-se à ideia de que as dinâmicas de leitura e compreensão das literacias digital, informacional e midiática são fluidas e constantemente ressignificadas e reordenadas pelos seus praticantes.

Juventudes, consumo de/na internet e riscos

Compreendemos as juventudes a partir de suas pluralidades, construídas com base em elaborações interacionais a partir de um espaço sociocultural no qual as sociedades contemporâneas estão instauradas. No entanto, apresentamos duas questões para compreender as juventudes no contexto brasileiro: a jurídica (BRASIL, 2013) e a sociocultural. Esta última é expressa a partir da aproximação com autores que se voltam para a reflexão sobre a pluralidade das juventudes a partir das construções oriundas das sociedades e das culturas que compõem esses sujeitos.

A primeira delas diz respeito à construção da juventude amparada na lei, que institui o Estatuto da Juventude em nosso país (BRASIL, 2013). De uma forma a abarcar todas as necessidades legais do processo de desenvolvimento do sujeito, o Estatuto da Juventude vai ao encontro de outros instrumentos legislativos globais que amparam o sujeito jovem como “pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (BRASIL, 2013). Indo além, esse Estatuto se soma ao Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que rege também os direitos dos sujeitos compreendidos também na faixa etária abarcada entre os 15 e 18 anos incompletos. Nessa perspectiva, o Estatuto da Juventude fortalece os direitos necessários para que os sujeitos compreendidos nessa categoria sejam protagonistas sociais, reconhecendo que são sujeitos de “direitos universais, geracionais e singulares”,

interligação de processos e construções no cotidiano dos sujeitos aptos tanto a partir do capital cultural, social e econômico – que permitirão que o usuário tenha conhecimento para utilização e uma conexão social que permita troca de experiência e dinheiro para manter tal tecnologia ativa para seu proveito.

promovendo a discussão e a manutenção das demarcações socioculturais de cada sujeito em seu gozo pleno enquanto cidadão brasileiro.

Essa proposta leva em consideração as questões etárias e a necessidade de realizarmos relativizações acerca das juventudes, não considerando-as como uma categoria social homogênea, mas respeitando as particularidades do indivíduo e das construções socioculturais. A construção etária, para Bourdieu (1983), vai ao encontro de outros campos sociais e outras formas de compreender o que é o envelhecimento. Nas palavras do autor, “as classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe...) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar” (BOURDIEU, 1983, não paginado). Nesse contraponto, é necessário relativizar, conforme o próprio autor aponta, que há um imaginário social que circunda as relações do social com a juventude que auxiliam na construção do *habitus* e do campo, assim como suas relações com outros domínios da sociedade.

Para tensionar a perspectiva de uma pluralidade da juventude, Bourdieu (1983) descreve sobre as juventudes – ou como o próprio autor aponta, sobre “as duas juventudes” –, levando em consideração, de forma ampla, que as “condições de vida dos sujeitos, a inserção no mercado de trabalho, o orçamento de tempo” (BOURDIEU, 1983, não paginado) auxiliam e dão contorno às diferentes juventudes. Se levarmos em consideração tais premissas mencionadas pelo autor, em uma perspectiva brasileira, há uma construção da juventude de classe social mais abastada, na qual o jovem possui condições, a partir de uma estrutura familiar, de focar nos estudos (construção do capital cultural) e ter a possibilidade construir suas relações sociais em diferentes ambientes (construção de um capital social). Por outro lado, também há jovens que precisam largar os estudos para se inserirem no mercado de trabalho, auxiliando, na maioria das vezes, na subsistência do núcleo familiar. Com a inserção no mercado de trabalho, esse sujeito, na maioria das vezes, ocupa uma posição inferior à de alguém que possui o nível básico ou médio de ensino. Dessa forma, as necessidades e os contextos devem ser firmados e construídos para que se problematize qual juventude está sendo contemplada. Isso pode ocorrer a partir de suas pluralidades, como gênero, raça, etnia, classe social, capital cultural, capital social, entre outros, a fim de contemplar a forma que esse sujeito lê e interpreta o mundo. Como disserta Bourdieu (2011),

[...] condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes, sistemas de esquemas suscetíveis de serem aplicados, por mais simples transferência, às mais diferentes áreas da prática, as práticas engendradas pelos diferentes *habitus* apresentam-se como configurações sistemáticas de propriedades que exprimem as diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência sob a forma de sistemas de distâncias diferentes, *percebidos* por agentes dotados dos esquemas de percepção e de apreciação necessários para identificar, interpretar e avaliar seus traços pertinentes funcionam como estilo de vida. (BOURDIEU, 2011, p.164).

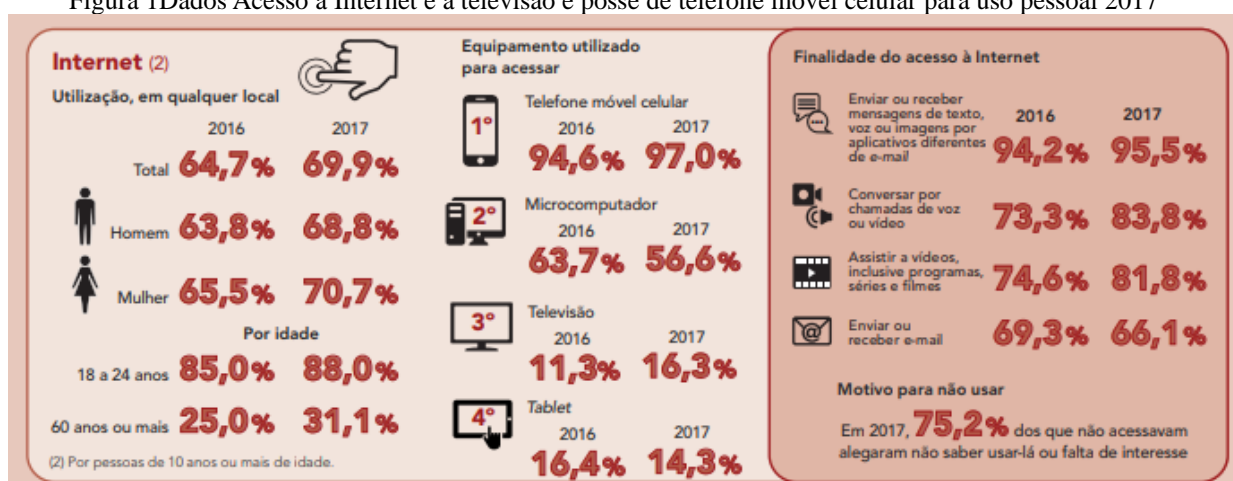
A partir dessa ideia é importante enfatizar que as construções são arbitrárias de uma posição ocupada pelo agente em determinados momentos da sua trajetória diária, embora sejam costuradas em um tecido mais sensível, que o enquadra e o molda enquanto agente a partir de seus gostos.

Consumo de Internet

Como mencionado anteriormente, o consumo da internet no Brasil cresceu nos últimos anos. Dados da PNAD/TIC, desenvolvida pelo IBGE, apontam que o número de brasileiros

conectado à internet aumentou, sendo que o “percentual de domicílios que utilizavam a Internet subiu de 69,3% para 74,9%, de 2016 para 2017, representando uma alta de 5,6 pontos percentuais” (IBGE, 2018, p. 5). Os dados expressos pela mesma pesquisa apresentam que o principal meio de conexão do brasileiro é o *smartphone*. Este último dado pode ser pensado sob a perspectiva da ausência da banda larga em determinadas regiões do país, sendo a conexão de banda larga móvel a única forma de acesso, ou então, a mais acessível dentre os valores fornecidos pelas grandes operadoras que prestam esse tipo de serviço aos usuários. Quando se trata de faixa etária dos consumidores, os subscritos no grupo de 20 e 24 anos compreendem 88,4% dos consumidores brasileiros. Outro aspecto importante investigado pela pesquisa é o motivo pelo qual os sujeitos utilizam a internet. Grande parcela desses sujeitos utiliza a internet para manter a comunicação com outro sujeito ou grupo, sendo a prática de “enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes do e-mail” (BRASIL, 2018) o principal uso da internet entre os brasileiros no período da pesquisa.

Figura 1 Dados Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2017

Levando em consideração a pesquisa mencionada, podemos compreender o público brasileiro, em especial o jovem, sendo “uma geração conectada, multitarefa, pronta para lidar com a agilidade e superar fronteiras entre o lúdico e o conhecimento” (PASSARELI, JUNQUEIRA e ANGELUCI, 2014, p. 176). Ao saber dos principais hábitos de consumo dos jovens na internet, é necessário fomentar a discussão acerca dos riscos, sob a perspectiva de crimes virtuais, roubo de dados, falsos boletos, *fake news*, bem como das violências contra os diferentes segmentos da sociedade.

Riscos e violência digital: o que podemos aprender com esses casos

A internet como tecnologia surge como instrumento para facilitar a vida do homem na sociedade. No entanto, práticas que colocam os sujeitos em risco a partir do mau uso dessa ferramenta são encontradas não somente na internet, mas também em qualquer outro meio no qual possa haver um tensionamento entre sujeitos.

Levamos em consideração algumas violências apresentadas no aplicativo “Proteja

Brasil” e pela SaferNet Brasil⁸. Nessa perspectiva, podemos considerar a internet um ambiente hostil independentemente da idade do sujeito que a domestica. De acordo com Rômulo Tondo e Camila Pereira (2015), o aplicativo Proteja Brasil caracteriza-se por ser uma “tecnologia político-social (que) tem como objetivo auxiliar na denúncia para o enfrentamento das violências contra as crianças e os adolescentes nas principais cidades brasileiras” (TONDO; PEREIRA, 2015, p.156). Em sua primeira versão, o aplicativo apresentava, em sua composição original, as principais violências contra crianças e adolescentes, sendo possível efetuar a denúncia através do próprio aplicativo. Com a evolução da tecnologia, o próprio aplicativo careceu de uma atualização. Na atualidade, o aplicativo apresenta denúncia de diferentes tipificações de violência com outras minorias sociais (mulheres, idosos, negros, moradores de rua, comunidade LGBT) e conta com um sistema integrado ao Disque 100, ligado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

No site da SaferNet, é apresentada ao usuário uma série de materiais relacionados a cinco eixos principais: crimes virtuais, segurança digital, comportamento online, liberdade de expressão e privacidade. Acreditamos que todos os eixos contemplados pela associação são de extrema importância para a construção da literacia digital por parte dos sujeitos-usuários. No entanto, elencamos apenas o comportamento online como forma de explorar alguns dos principais riscos dos usuários jovens na ambiência digital. Entre as pautas presentes nessa sessão do site, estão: o *sexting*⁹, o *cyberbullying*¹⁰, o *stalking*¹¹, o uso excessivo, o controle parental, a *selfie*, a pornografia de revanche¹² e outros. Como descrito por Alex Primo e outras investigadoras, na atualidade, o comportamento dos jovens no ambiente virtual tende a ser fluido, proporcionando ao sujeito o que os autores chamam de “comunicação fluida”. Esse tipo de comunicação faz com que os sujeitos-usuários realizem múltiplas funções ao mesmo tempo. Nessa perspectiva, aumenta-se o risco, construindo rastros digitais passíveis ou não de roubo de informações.

Nessa lógica, o comportamento digital do jovem pode ser investigado a partir dos riscos e da grande onda de notícias que envolve esses sujeitos, especialmente em relação aos temas listados acima. À vista disso, é necessário que os jovens tenham um conhecimento sobre essas práticas e sobre os riscos que o seu comportamento e de outros sujeitos podem implicar em suas rotinas. Aliado à domesticação de aplicativos e outros gadgets, os jovens desenvolvem suas práticas no hoje, mirando no futuro. Esse futuro, no digital, ainda em constante evolução, pode potencializar suas relações com o outro, mas também pode causar isolamento por mau uso da internet. Nesse processo, os diferentes atores sociais, nos diferentes campos que esses sujeitos circulam, devem promover um diálogo não como forma de coibir as práticas, bem como normalizar as formas de existir desse sujeito na internet. O que deve ser feito é torná-los literatos, sendo capazes de ler, escrever e interpretar suas

⁸ A SaferNet Brasil é uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial. Fundada em 20 de dezembro de 2005, com foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil. Dados retirados da página Institucional <<https://new.safernet.org.br/content/institucional>>

⁹ *Sexting* é a expressão norte-americana que aglutina as palavras *Sex* (sexo) *text* (texto), dando a construção do sexo virtual, a partir da troca de mensagens, de imagens e ou até mesmo de vídeo.

¹⁰ *Cyberbullying* é uma expressão utilizada para caracterizar um tipo de assédio na internet. Geralmente, ocorre de forma repetitiva por um ou mais agressores e possui um agredido. O *bullying*, muitas vezes, é relacionado com o ambiente educacional; porém, frequentemente pode ser observado em outros ambientes, inclusive no mercado de trabalho.

¹¹ Termo para designar quando alguma pessoa ou grupo invade a esfera privada de um sujeito, incluindo redes sociais, perseguindo, ameaçando ou até praticando outros tipos de violência. O sujeito que pratica esse tipo de comportamento utiliza-se de diferentes métodos (mensagens de texto, telefonemas, e-mails anônimos) para ameaçar e coibir a pessoa.

¹² Pornografia de revanche ou pornografia de vingança está, muitas vezes – mas não unicamente –, atrelada ao *sexting* e ou *sex tape* (gravação do ato sexual). Esse tipo de violência acaba sendo mais recorrente entre as mulheres após o término de um relacionamento, quando o sujeito a ameaça e ou compartilha imagens, mensagens de texto e vídeos íntimos da pessoa.

práticas nos diferentes ambientes digitais.

Considerações finais

Ao longo das últimas décadas, percebemos que a introdução das tecnologias na vida cotidiana dos sujeitos fez com que suas competências tivessem de se adaptar ao processo de digitalização da vida. Esse processo fez com que as competências adquiridas em outros momentos fossem sobrepostas e, com isso, o sujeito pudesse incorporar essas diferentes competências no seu cotidiano. A partir da discussão teórica sobre as diferentes literacias, pudemos perceber que as competências necessárias ao literato são construídas a partir das demais formas de literacia, não descartando, mas assimilando e acionando tais competências conforme a necessidade de cada sujeito. A esta lógica, soma-se a ideia de que as dinâmicas de leitura e compreensão das literacias digital, informacional e midiática são fluidas, constantemente ressignificadas e reordenadas pelos seus praticantes.

A juventude enquanto faixa etária, como previsto no Estatuto da Juventude, serve como fomento inicial dessa etapa da vida. Torna-se mais frutífero, aos estudos da Comunicação e às demais áreas, pensar a partir de uma perspectiva relativa à categoria, tensionando elementos que dizem respeito ao cotidiano desses sujeitos, às suas construções sociais e às suas lutas diárias. Quando tensionamos a posição desse sujeito diante de um outro, em especial de classes sociais distintas, devemos ponderar suas práticas sociais a partir da sua visão de mundo. Nessa perspectiva, as noções de *habitus*, campo e capital são importantes para a construção dessa visão de mundo, impactando, conseqüentemente, nas práticas de literacia de cada sujeito.

No que tange aos riscos da internet para os jovens, há uma necessidade de compreender suas dinâmicas a partir de suas rotinas, bem como os níveis de incorporação da tecnologia em seu cotidiano. É necessário ter em vista que nem todos os sujeitos realizam as mesmas tarefas, ou que eles incorporam a internet a partir de diferentes dinâmicas sociais levando em consideração até mesmo a falta de conexão. Dessa forma, abrem-se elementos cruciais para futuros trabalhos. Que tipo de competências esses jovens necessitam para lidar com esses riscos que surgem com as diferentes tecnologias? Em quais ambientes essas competências são aprendidas? De que modo e quando essas competências são acionadas? Tais questionamentos são apenas algumas das engrenagens que impactam na construção dessas habilidades necessárias para que os jovens tenham maior clareza de suas projeções no século XXI. Sendo assim, essas formas de pensar as literacias no contexto brasileiro podem ser percebidas de forma frutífera a partir de discussões interdisciplinares entre a Comunicação, a Educação e a Cultura.

Referências

BAWDEN, David. Origins and concepts of Digital Literacy. In: LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. (Org.). **Digital literacies: concepts, policies and practices**. New York/ Washington, D.C/Baltimore, Bern/ Frankfurt/ Berlin/ Brussels/ Vienna: Peter Lang, 2008. p. 17-32.

BORGES, Jussara; SOUSA, Daniel dos Santos. Design educacional para a promoção de competências infocomunicacionais na educação online. **Educação, Cultura e Comunicação**. Lorena, v. 10, n.20, 2019. p.49-66.

BOURDIEU, Pierre. A "Juventude" é apenas uma palavra. **Questões de sociologia**. Rio de

Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BOURDIEU, Pierre. (2007). **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2 Ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BULGER, Monica; DAVISON, Patrick. **The Promises, Challenges, and Futures of Media Literacy**. Data & Society Research Institute, February, 2018.

BRASIL. Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. Lei Nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 06 ago. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 02 jun. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2016 (PNAD TIC)**, Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

CAPOBIANCO, Lígia. **Comunicação e Literacia Digital na Internet: estudo etnográfico e análise exploratória de dados do programa de inclusão digital ACESSA-SP - PONLINE**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Escola de Comunicação e Artes da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad.: Roneide Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILSTER, Paul. **Digital Literacy**. San Francisco, CA: John Willey & Sons, 1997

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LEE, Alice. Y.L.; SO, Clement Y.K. Alfabetización mediática y algabetización informacional: similitudes y diferencias. **Comunicar**, nº 42, v XXI, 2014. p. 137-146

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LIVINGSTONE, Sonia. Tomando oportunidades arriscadas na criação de conteúdo jovem: o uso pelos adolescentes de sites de redes sociais para intimidade, privacidade e expressão própria. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo. v.9. n.25. 2012, p.91-118.

OLSON, David. Literacy. *In: WILSON, Robert; KEIL, Frank (ed). The Mit Encyclopedia of the cognitive sciences*. The MIT Press, 1999. p.481-482.

PASSARELLI, Brasilina; JUNQUEIRA, Antonio Helio; ANGELUCI, Alan César Belo. Os nativos digitais no Brasil e seus comportamentos diante das telas. **Matrizes**, São Paulo. v. 8. n.1. jan-jun, 2014. p. 159-178.

PRIMO, Alex e outras. Conversações fluidas na cibercultura. **Rev Famecos**. Porto Alegre, v. 24, n. 1, jan/abr de 2017. p.1-27.

SILVERSTONE, Roger. Domesticando a domesticação. Reflexões sobre a vida de um conceito (revisto). **Revista Media & Jornalismo**. Domesticações na Era dos Self Media. N.16, Vol.9, N.1 – Primavera/Verão 2010. p:1-20.

STUMPF, Ida. Pesquisa bibliográfica. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, v. 1, p. 51-61

SOARES, Ismar de Oliveira. **Conceito**. Conceito de educomunicação na página da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação. Disponível para acesso em: <http://www.abpeducom.org.br/educom/conceito/> Acesso em: 01. Jul. 2019.

TONDO, Rômulo; PEREIRA, Camila. “Proteja Brasil”: apropriações da tecnologia móvel no enfrentamento as violências contra crianças e adolescentes. *In*: Machado, Vitor Barletta; Silva, Sandra Rubia; MAIA, Alessandra. (Org.). **Comunicação e Mídias Digitais: uma perspectiva histórica e contemporânea**. 1ed. Volta Redonda: Editora UniFOA, 2015, v. 1, p. 151-164.

UNESCO. **The Plurality of literacy and its implications for policies and programmes**. Paris: UNESCO, 2004.